



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Do Sr. ORLANDO SILVA e da Sra. ÁUREA CAROLINA)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Cultura para discutir os impactos das políticas afirmativas no Brasil, com base no livro “Reafirmando Direitos: Trajetória de estudantes cotistas Negros (as) no ensino superior brasileiro”.

Senhora Presidenta,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Cultura para discutir os impactos das políticas afirmativas no Brasil, com base no livro “Reafirmando Direitos: Trajetória de estudantes cotistas Negros (as) no ensino superior brasileiro”.

Como convidados, sugerimos os autores do livro referido acima:

- Nilma Lino, pedagoga brasileira, tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2013;

- Joana Passos, doutora em Educação, professora UFSC, onde foi Coordenadora de Relações Étnico-Raciais na Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (CRER/SAAD);

- Dyane Brito, doutora em Educação, Professora Associada I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Tutora do PET Afirmção: Acesso e Permanência de Jovens das Comunidades Negras Rurais no Ensino Superior.

## JUSTIFICAÇÃO

Como todos sabemos, políticas afirmativas são programas de governo implantados para tentar diminuir prejuízos causados a grupos de reconhecida discriminação ao longo de nossa história, como é o caso de afrodescendentes, LGBTs, minorias religiosas, mulheres, entre outros. No fundo, são uma forma de reconhecimento, pelo Estado, das consequências de longa discriminação desses grupos aliada à tentativa de minorá-las.

Uma vitória nesse sentido foram as cotas raciais em universidades públicas e as cotas das mulheres em partidos políticos. Apesar de o Estado ser laico, ainda estamos lutando pelo respeito às mais diversas religiões que hoje coexistem no Brasil. E ainda lutamos, agora ainda mais bravamente neste contexto de governo apoiador da homofobia, pelo respeito à comunidade LGBT.

Todas essas “causas” estão inseridas na história e na formação da cultura brasileira e na realidade de trabalho e ascensão social - por meio de aumento de renda - na configuração da sociedade brasileira. No caso do sistema de cotas, é inegável seu sucesso porque o Brasil é um dos países com mais desigualdade de oportunidades no início da vida. De maneira que, até as cotas, quem tinha sorte de nascer numa família rica viveria certamente bem melhor do que quem nascia em família pobre, por pura sorte, e não por mérito, como muitos teimam em afirmar. Aliás, muito ao contrário, como aponta Naércio de Menezes<sup>1</sup>, professor do Insper e da USP, pois se jovens pobres conseguem ter um desempenho próximo da nota de corte de vestibular é porque têm habilidades socioemocionais bem mais elevadas do que os jovens que nascem em famílias ricas e têm acesso ao melhor ensino do país.

O mesmo professor nos lembra que estudar numa universidade pública, principalmente nas carreiras mais concorridas, faz toda a diferença na vida de uma pessoa. E isso até agora era privilégio só de já ricos. Tudo é melhor pra quem faz universidade pública: o diferencial de salário do ensino superior é enorme no Brasil; o desemprego é menor; além de toda a rede de conexão que se forma com quem se convive nesses meios.

---

<sup>1</sup> Opiniões dadas em entrevista disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/02/23/Uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-resultados-do-sistema-de-cotas-nas-universidades-p%C3%BAblicas>

Nesse sentido, avaliar e debater os resultados de políticas afirmativas como a de cotistas negros, objeto do livro citado na ementa deste requerimento, é fundamental para consolidar uma nova realidade de trabalho, renda e cultura no Brasil.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2019.

**ORLANDO SILVA**

Deputado Federal – PCdoB/SP

**ÁUREA CAROLINA**

Deputada Federal – PSOL/MG